



UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

NUTRICIONISTA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Noções de Sustentabilidade
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Noções de Legislação
- ▶ Inglês e Espanhol
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL N° 001/2026/DDP



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Nutricionista

EDITAL Nº 001/2026/DDP

CÓD: SL-031FV-26
7908433291220

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos: ideias principais e secundárias, explícitas e implícitas; fatos e opiniões; relações intratextuais e intertextuais	7
2. Coesão e coerência textual	10
3. Vocabulário: sentido de palavras e de expressões no texto; denotação e conotação	11
4. Aspectos gramaticais: concordância e regência verbal e nominal	13
5. Funcionamento de diferentes recursos gramaticais no texto (níveis fonético fonológico, morfológico, sintático e semântico)	17
6. Pontuação	32
7. Gêneros textuais: formas e funções	34

Noções de Sustentabilidade

1. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: conceitos e fundamentos; ODS (objetivos de desenvolvimento sustentável)	51
2. Práticas ambientais, sociais e de governança (ESG - environmental, social, governance)	56
3. Economia circular	61
4. Gestão de resíduos sólidos	62
5. Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P e seus seis eixos temáticos	62

Noções de Informática

1. Componentes de computadores e periféricos	73
2. Utilização do sistema operacional Windows 11	77
3. Utilização dos aplicativos Microsoft Office (Word, Excel e PowerPoint)	82
4. Utilização de tecnologias, ferramentas e aplicativos associados à Internet (Firefox e Thunderbird)	119
5. Assinatura digital e tecnologias de autenticação (gov.br)	125
6. Noções sobre Modelo e Notação de Processos de Negócio (BPMN)	126

Noções de Legislação

1. Constituição Federal, Arts. 37 a 41 (Da Administração Pública e Dos Servidores Públicos)	133
2. Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais)	139
3. Lei nº 9.784/99 (Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal)	164
4. Lei nº 11.091/2005 (Plano de Carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação)	170
5. Decreto nº 1.171/1994 (Código de Ética)	176
6. Estatuto da UFSC	178
7. Regimento Geral da UFSC	189

Inglês e Espanhol

1. Leitura e Interpretação De Texto; Conhecimentos De Gramática De Língua Inglesa	207
2. Leitura e Interpretação De Texto; Conhecimentos De Gramática De Língua Espanhola	213

Conhecimentos Específicos Nutricionista

1. Princípios da administração de unidades de alimentação e nutrição: planejamento, organização, direção e controle; Gestão em Unidades de Alimentação e Nutrição	225
2. Planejamento físico-funcional de Unidades de Alimentação e Nutrição	228
3. Planejamento e avaliação de cardápios para coletividades	233
4. Boas práticas na produção de refeições: aquisição de gêneros alimentícios, recebimento, armazenamento, pré-preparo, preparo, porcionamento e distribuição de refeições	241
5. Dietética e técnica dietética: conceito, princípios, técnicas de preparo, classificação e composição química dos alimentos	247
6. Dimensões da qualidade na alimentação: nutricionais, sensoriais, higiênico-sanitárias, simbólicas e sustentáveis	252
7. Ações para o controle sanitário na produção de refeições em Unidades de Alimentação e Nutrição	254
8. Legislação aplicada à Unidades de Alimentação e Nutrição	258
9. Os Programas de alimentação e nutrição e a alimentação coletiva	261
10. Nutrição Básica: conceito de alimentação e nutrição	266
11. Critério e avaliação de dietas normais e especiais	268
12. Leis da alimentação	272
13. Nutrientes: definição, propriedades, funções, fontes alimentares, digestão, absorção, metabolismo, biodisponibilidade, necessidades e recomendações	279
14. Nutrição nos diferentes ciclos da vida	290
15. Educação alimentar e nutricional	295
16. Métodos de avaliação nutricional; Avaliação e diagnóstico nutricional de indivíduos nos diferentes ciclos da vida	297
17. Fisiopatologia e conduta dietoterápica relativas às seguintes doenças e situações clínicas: doenças do trato gastrointestinal, diabetes mellitus, desnutrição, obesidade, hipertensão arterial sistêmica, dislipidemias, síndrome metabólica, alergias e intolerâncias alimentares	305
18. Dietary Reference Intakes (DRIs) e suas aplicações no planejamento de cardápios e avaliação do consumo de indivíduos e grupos	312
19. Guias alimentares brasileiros para os diferentes ciclos da vida	314
20. Rotulagem nutricional e informação nutricional complementar	316
21. Áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, parâmetros numéricos por área de atuação	320
22. Ética profissional	323
23. Sistemas alimentares sustentáveis	330

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS: IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS, EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS; FATOS E OPINIÕES; RELAÇÕES INTRATEXTUAIS E INTERTEXTUAIS

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.

- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.
- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitem sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

▪ **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

▪ **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

▪ **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

▪ **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

▪ **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

▪ **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

▪ **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

▪ **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

▪ **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

▪ **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

► A Função da Intertextualidade

A intertextualidade enriquece a leitura, pois permite que o leitor estabeleça conexões e compreenda melhor as intenções do autor. Ao perceber a referência a outro texto, o leitor amplia seu entendimento e aprecia o novo sentido que surge dessa

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONCEITOS E FUNDAMENTOS; ODS (OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DA ONU

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam uma iniciativa global ambiciosa e vital para o futuro do planeta. Propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, os ODS são uma agenda universal que busca erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e garantir que todas as pessoas vivam em paz e prosperidade até 2030. Esses objetivos foram estabelecidos como uma continuação e expansão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que, entre 2000 e 2015, mobilizaram esforços globais para combater questões como a pobreza extrema e a fome.

A adoção dos ODS sinalizou um novo capítulo no compromisso global com o desenvolvimento sustentável. Ao contrário dos ODM, que eram focados em países em desenvolvimento, os ODS são universais e aplicáveis a todas as nações, independentemente do seu nível de desenvolvimento. Eles foram elaborados com o entendimento de que o desenvolvimento sustentável exige uma abordagem integrada que leve em conta o desenvolvimento econômico, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental, de maneira equilibrada e interconectada.

A Agenda 2030, que engloba os ODS, reflete um consenso mundial sobre a necessidade de ações urgentes e coordenadas para enfrentar os desafios globais. Questões como as mudanças climáticas, as desigualdades sociais, a degradação ambiental e as crises econômicas são interdependentes e requerem soluções colaborativas e inovadoras. Os ODS, portanto, não apenas definem objetivos específicos, mas também apontam para a importância da cooperação internacional e da responsabilidade compartilhada.

Diante desse contexto, compreender os ODS é fundamental para qualquer discussão sobre sustentabilidade e desenvolvimento. Eles não apenas estabelecem metas para governos e instituições, mas também mobilizam cidadãos, empresas e organizações em todo o mundo. A implementação bem-sucedida dos ODS depende de um esforço coletivo que transcende fronteiras e setores, promovendo um mundo mais justo, próspero e sustentável para as gerações presentes e futuras.

O QUE SÃO OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um conjunto de 17 objetivos globais, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, com o propósito de guiar as ações internacionais rumo a um futuro mais justo, equitativo e sustentável até 2030.

Esses objetivos fazem parte da Agenda 2030, um plano de ação abrangente que busca erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e promover a prosperidade para todos, sem deixar ninguém para trás.

► Definição e Características dos ODS

Os ODS foram concebidos como um guia para o desenvolvimento global, abordando questões críticas em áreas como pobreza, desigualdade, saúde, educação, mudança climática, paz e justiça.

Ao todo, os 17 objetivos são subdivididos em 169 metas específicas e monitorados por um conjunto de indicadores para avaliar o progresso ao longo do tempo. Os ODS são universais, aplicando-se a todos os países, independentemente de seu nível de desenvolvimento econômico, e reconhecem a interdependência entre as dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento sustentável.

Uma característica distintiva dos ODS é a sua abordagem integradora e multidisciplinar. Ao contrário de abordagens anteriores, que muitas vezes tratavam as questões de forma isolada, os ODS reconhecem que desafios como pobreza, desigualdade de gênero, acesso à educação de qualidade e proteção ambiental estão intrinsecamente interligados. Isso exige que as soluções sejam igualmente interconectadas e que abordagens setoriais sejam coordenadas para alcançar impactos positivos duradouros.

► Comparação com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

Os ODS sucederam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que foram implementados entre 2000 e 2015. Embora ambos os conjuntos de objetivos compartilhem a meta de melhorar a qualidade de vida global, existem diferenças significativas entre eles. Os ODM eram compostos por 8 objetivos focados principalmente nos países em desenvolvimento, abordando questões como redução da pobreza extrema, melhoria na educação e saúde materno-infantil, e combate a doenças.

Em contraste, os ODS são mais amplos em escopo e abrangência. Eles não apenas ampliam os temas dos ODM para incluir questões como desigualdade, crescimento econômico sustentável e ação climática, mas também se aplicam a todos os países, independentemente de seu status de desenvolvimento. Além disso, os ODS enfatizam a importância da sustentabilidade e da

inclusão social, destacando a necessidade de desenvolvimento econômico que respeite os limites planetários e promova a equidade.

► Estrutura dos ODS

Cada um dos 17 ODS está associado a metas específicas que detalham os passos necessários para alcançar os objetivos gerais. Essas metas são acompanhadas por indicadores mensuráveis, que permitem monitorar o progresso e identificar áreas que requerem maior atenção. Por exemplo, o ODS 1, que busca “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”, inclui metas como erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas e garantir que todos tenham direitos iguais aos recursos econômicos.

Os ODS cobrem uma ampla gama de questões, desde a erradicação da fome (ODS 2) e a promoção da saúde e bem-estar (ODS 3), até a garantia de acesso à educação de qualidade (ODS 4) e a promoção de ações urgentes para combater as mudanças climáticas (ODS 13). Esses objetivos não são pensados para ser alcançados de forma isolada; ao contrário, são projetados para serem complementares, reforçando-se mutuamente para alcançar um impacto global positivo.

Em resumo, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representam uma estrutura global abrangente para enfrentar os desafios mais urgentes do mundo contemporâneo. Eles são um chamado à ação para todos os países, governos, empresas e indivíduos, promovendo a ideia de que o desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado por meio da cooperação e do esforço coletivo.

PRINCIPAIS ODS E SUAS ÁREAS DE FOCO

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU abrangem uma ampla gama de questões cruciais para o desenvolvimento global. Cada um desses objetivos foca em áreas específicas, mas todos estão interconectados, refletindo a complexidade e a interdependência dos desafios globais. A seguir, exploraremos os principais ODS e suas áreas de foco, destacando suas metas e o impacto esperado.

► ODS 1: Erradicação da Pobreza

- **Objetivo:** Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares.
- **Áreas de Foco:** Redução da pobreza extrema, acesso a recursos econômicos, serviços básicos, e proteção social.
- **Importância:** A pobreza extrema, definida como viver com menos de US\$ 1,90 por dia, afeta milhões de pessoas em todo o mundo. Erradicá-la é fundamental para garantir uma vida digna e oportunidades de progresso para todos.

► ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável

- **Objetivo:** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.
- **Áreas de Foco:** Acesso universal a alimentos nutritivos, práticas agrícolas sustentáveis, e resiliência a eventos climáticos extremos.

- **Importância:** A fome e a má nutrição afetam a saúde e o desenvolvimento de milhões de pessoas. Garantir segurança alimentar é essencial para o desenvolvimento humano e a estabilidade global.

► ODS 3: Saúde e Bem-Estar

- **Objetivo:** Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- **Áreas de Foco:** Redução da mortalidade materna e infantil, combate a doenças transmissíveis e não transmissíveis, e acesso a serviços de saúde de qualidade.
- **Importância:** A saúde é um direito humano fundamental. Melhorar o acesso à saúde e ao bem-estar contribui diretamente para a produtividade e o crescimento econômico.

► ODS 4: Educação de Qualidade

- **Objetivo:** Garantir o acesso à educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- **Áreas de Foco:** Acesso universal à educação primária e secundária, eliminação das disparidades de gênero na educação, e melhoria da qualidade do ensino.
- **Importância:** A educação é a base para o desenvolvimento sustentável. Ela capacita indivíduos, promove a igualdade e fomenta o crescimento econômico.

► ODS 5: Igualdade de Gênero

- **Objetivo:** Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- **Áreas de Foco:** Eliminação da discriminação e violência contra mulheres, garantia de participação plena e igualitária em todos os níveis de decisão, e igualdade de oportunidades econômicas.
- **Importância:** A igualdade de gênero é não apenas um direito humano fundamental, mas também um dos pilares para alcançar outros ODS, como a erradicação da pobreza e a promoção do crescimento econômico.

► ODS 6: Água Potável e Saneamento

- **Objetivo:** Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
- **Áreas de Foco:** Acesso universal a água potável segura e acessível, tratamento e reutilização segura de águas residuais, e gestão integrada dos recursos hídricos.
- **Importância:** O acesso à água potável e ao saneamento é essencial para a saúde pública, a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico.

► ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima

- **Objetivo:** Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
- **Áreas de Foco:** Redução das emissões de gases de efeito estufa, fortalecimento da resiliência e capacidade de adaptação a desastres relacionados ao clima, e integração das medidas de mudança climática nas políticas nacionais.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

COMPONENTES DE COMPUTADORES E PERIFÉRICOS

Hardware

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

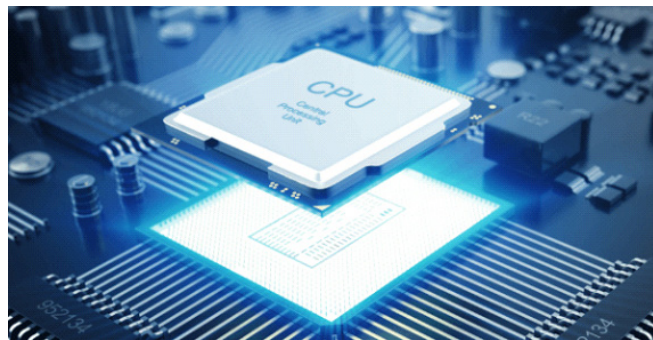
Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU

Cooler

Quando cada parte de um computador realiza uma tarefa, elas usam eletricidade. Essa eletricidade usada tem como uma consequência a geração de calor, que deve ser dissipado para que o computador continue funcionando sem problemas e sem engargalos no desempenho. Os coolers e ventoinhas são responsáveis por promover uma circulação de ar dentro da case do CPU. Essa circulação de ar provoca uma troca de temperatura entre o processador e o ar que ali está passando. Essa troca de temperatura provoca o resfriamento dos componentes do computador, mantendo seu funcionamento intacto e prolongando a vida útil das peças.



Cooler

Placa-mãe

Se o CPU é o cérebro de um computador, a placa-mãe é o esqueleto. A placa mãe é responsável por organizar a distribuição dos cálculos para o CPU, conectando todos os outros componentes externos e internos ao processador. Ela também é responsável por enviar os resultados dos cálculos para seus devidos destinos. Uma placa mãe pode ser on-board, ou seja, com componentes como placas de som e placas de vídeo fazendo parte da própria placa mãe, ou off-board, com todos os componentes sendo conectados a ela.



Placa-mãe

Fonte

A fonte de alimentação é o componente que fornece energia elétrica para o computador. Ela converte a corrente alternada (AC) da tomada em corrente contínua (DC) que pode ser usada pelos componentes internos do computador.



Fonte

Placas de vídeo

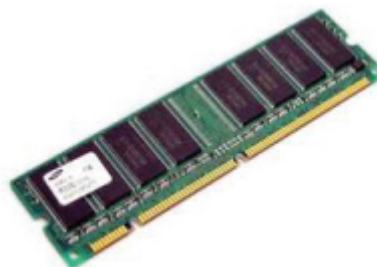
São dispositivos responsáveis por renderizar as imagens para serem exibidas no monitor. Elas processam dados gráficos e os convertem em sinais visuais, sendo essenciais para jogos, edição de vídeo e outras aplicações gráficas intensivas.



Placa de vídeo

Memória RAM

Random Access Memory ou Memória de Acesso Randômico é uma memória volátil e rápida que armazena temporariamente os dados dos programas que estão em execução no computador. Ela perde o conteúdo quando o computador é desligado.



Memória RAM

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTS. 37 A 41 (DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DOS SERVIDORES PÚBLICOS)

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

► Disposições gerais e servidores públicos

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

► Princípios da Administração Pública

Nos termos do caput do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica "LIMPE". Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

Princípio da Legalidade:

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → Princípio da Estrita Legalidade
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

Princípio da Impessoalidade:

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.

Princípio da Moralidade:

Tal princípio caracteriza-se por exigir do administrador público um comportamento ético de conduta, ligando-se aos conceitos de probidade, honestidade, lealdade, decoro e boa-fé.

A moralidade se extrai do senso geral da coletividade representada e não se confunde com a moralidade íntima do administrador (moral comum) e sim com a profissional (ética profissional).

O Artigo 37, §4º da CF elenca as consequências possíveis, devido a atos de improbidade administrativa:

► Sanções ao cometimento de atos de improbidade administrativa

- Suspensão dos direitos políticos (responsabilidade política)
- Perda da função pública (responsabilidade disciplinar)
- Indisponibilidade dos bens (responsabilidade patrimonial)
- Ressarcimento ao erário (responsabilidade patrimonial)

Princípio da Publicidade:

O princípio da publicidade determina que a Administração Pública tem a obrigação de dar ampla divulgação dos atos que pratica, salvo a hipótese de sigilo necessário.

A publicidade é a condição de eficácia do ato administrativo e tem por finalidade propiciar seu conhecimento pelo cidadão e possibilitar o controle por todos os interessados.

Princípio da Eficiência:

Segundo o princípio da eficiência, a atividade administrativa deve ser exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional, evitando atuações amadorísticas.

Este princípio impõe à Administração Pública o dever de agir com eficiência real e concreta, aplicando, em cada caso concreto, a medida, dentre as previstas e autorizadas em lei, que mais satisfaça o interesse público com o menor ônus possível (dever jurídico de boa administração).

Em decorrência disso, a administração pública está obrigada a desenvolver mecanismos capazes de propiciar os melhores resultados possíveis para os administrados. Portanto, a Administração Pública será considerada eficiente sempre que o melhor resultado for atingido.

Disposições Gerais na Administração Pública:

O esquema abaixo sintetiza a definição de Administração Pública:

Administração Pública	
Direta	Indireta
Federal Estadual Distrital Municipal	Autarquias (podem ser qualificadas como agências reguladoras) Fundações (autarquias e fundações podem ser qualificadas como agências executivas) Sociedades de economia mista Empresas públicas
Entes Cooperados	
Não integram a Administração Pública, mas prestam serviços de interesse público. Exemplos: SESI, SENAC, SENAI, ONG's	

As disposições gerais sobre a Administração Pública estão elencadas nos Artigos 37 e 38 da CF. Vejamos:

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam - se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando - se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

INGLÊS E ESPANHOL

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO; CONHECIMENTOS DE GRAMÁTICA DE LÍNGUA INGLESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A compreensão e interpretação de textos em língua inglesa vão muito além da simples tradução de palavras. Esse processo envolve a capacidade de entender o significado global do texto, reconhecer relações entre suas partes e identificar como ele dialoga com outros textos e contextos. Para que isso ocorra de forma eficiente, é fundamental desenvolver tanto o domínio do vocabulário e da estrutura da língua quanto a habilidade de perceber relações intratextuais e intertextuais.

O processo de leitura em inglês requer não apenas o reconhecimento de palavras isoladas, mas a capacidade de entender como essas palavras se organizam para construir significados complexos. Além disso, é essencial que o leitor consiga identificar relações internas no texto, como a coesão entre parágrafos e a progressão de ideias, bem como conexões externas, que envolvem referências a outros textos, contextos históricos, culturais ou literários.

A seguir, o tema será explorado em três partes: o domínio do vocabulário e da estrutura da língua, as relações intratextuais e a intertextualidade no processo de leitura.

DOMÍNIO DO VOCABULÁRIO E DA ESTRUTURA DA LÍNGUA

O primeiro passo para uma compreensão eficaz de textos em inglês é o domínio do vocabulário. O vocabulário pode ser dividido em dois tipos principais:

- **Active vocabulary (vocabulário ativo):** composto por palavras que o leitor é capaz de usar em sua própria produção oral e escrita.
- **Passive vocabulary (vocabulário passivo):** formado por palavras que o leitor reconhece e compreende quando encontra em um texto, mas que pode não usar com frequência em suas próprias falas ou escritas.

Para interpretar textos com precisão, é necessário ampliar o vocabulário passivo, pois ele representa uma grande parte das palavras encontradas em leituras acadêmicas, jornalísticas, literárias e técnicas. Estratégias como a leitura regular de diferentes tipos de textos, o uso de flashcards, a prática de contextos de uso e o estudo de sinônimos e antônimos ajudam a expandir esse repertório.

Além do vocabulário isolado, é fundamental compreender o uso de expressões idiomáticas (idiomatic expressions), phrasal verbs, collocations (combinações de palavras que ocorrem

naturalmente) e false cognates (falsos cognatos), que podem levar a interpretações equivocadas se não forem bem conhecidos. Por exemplo, o termo “actually” em inglês significa “na verdade” e não “atualmente”, o que é um erro comum entre estudantes de inglês.

O domínio da estrutura da língua (grammar structures) também é essencial. Isso inclui o conhecimento de tempos verbais (verb tenses), vozes ativa e passiva (active and passive voice), uso de modais (modal verbs), estruturas condicionais (conditional sentences) e conjunções (conjunctions) que conectam ideias. A compreensão da gramática permite que o leitor identifique o papel de cada elemento no texto, facilitando a interpretação de informações implícitas e explícitas.

Por exemplo, ao ler a frase “If I had known about the meeting, I would have attended,” o leitor deve reconhecer que se trata de uma third conditional sentence, que expressa uma situação hipotética no passado, indicando que o falante não sabia da reunião e, portanto, não compareceu. Esse entendimento é crucial para interpretar o significado além das palavras individuais.

O conhecimento gramatical também contribui para a identificação de referências anafóricas e catafóricas (quando um pronome ou termo faz referência a algo já mencionado ou que será mencionado no texto), o que é fundamental para manter a coesão e entender como as ideias se relacionam.

Assim, o domínio do vocabulário e da estrutura gramatical da língua inglesa é o alicerce para uma leitura eficiente, permitindo que o leitor vá além da decodificação de palavras para compreender o significado completo do texto.

RELAÇÕES INTRATEXTUAIS: COESÃO E COERÊNCIA NO TEXTO

As relações intratextuais referem-se à maneira como as ideias e informações estão conectadas dentro do próprio texto. Isso envolve mecanismos de coesão e coerência, que garantem a fluidez da leitura e a clareza das ideias.

A coesão textual é construída por meio de elementos linguísticos que criam ligações entre frases, parágrafos e seções do texto. Os principais recursos de coesão incluem:

- **Conjunctions and linking words (conjunções e palavras de ligação):** termos como “however,” “therefore,” “although,” “in addition” ajudam a estabelecer relações de causa e efeito, contraste, adição, etc.
- **Reference words (pronomes e expressões referenciais):** pronomes como “he,” “she,” “it,” “this,” “that” mantêm a continuidade do texto, referindo-se a elementos mencionados anteriormente.
- **Substitution and ellipsis (substituição e elipse):** permitem evitar repetições desnecessárias, substituindo termos ou omitindo partes do texto que são facilmente inferíveis.

▪ **Lexical cohesion (coesão lexical):** uso de sinônimos, antônimos e termos relacionados semanticamente para reforçar o tema e criar unidade no texto.

Por exemplo, em um texto sobre o meio ambiente, termos como “pollution,” “contamination,” “environmental damage,” e “ecosystem degradation” criam coesão lexical ao abordar o mesmo campo semântico.

A coerência textual, por sua vez, está relacionada ao sentido global do texto. Um texto coerente apresenta ideias organizadas de forma lógica, com progressão temática clara e relações de causa, consequência e temporalidade bem definidas. A coerência depende não apenas da estrutura do texto, mas também do conhecimento prévio do leitor, que deve ser capaz de relacionar as informações apresentadas com seus próprios conhecimentos e experiências.

Por exemplo, ao ler um texto que começa com “Global warming has severe impacts on biodiversity” e continua explicando como o aumento da temperatura afeta espécies animais e vegetais, o leitor espera que o texto mantenha essa linha de raciocínio, apresentando exemplos, causas e possíveis soluções para o problema. Se o texto mudar abruptamente para um tema sem relação, a coerência será comprometida.

Entender as relações intratextuais é fundamental para interpretar textos em inglês de forma eficaz, pois permite identificar como as informações estão organizadas e como cada parte contribui para o todo.

INTERTEXTUALIDADE NO PROCESSO DE LEITURA

A intertextualidade refere-se à relação entre diferentes textos. Trata-se da capacidade de reconhecer como um texto faz referência a outros textos, obras, eventos históricos, contextos culturais ou até mesmo a discursos sociais amplos. Esse fenômeno é comum em textos literários, jornalísticos, publicitários e acadêmicos, e sua identificação enriquece a interpretação do texto.

Existem diferentes formas de intertextualidade:

▪ **Citação direta ou indireta (quotation or paraphrase):** ocorre quando um texto menciona explicitamente outro, usando aspas ou reformulando uma ideia já conhecida.

▪ **Alusão (allusion):** uma referência sutil a outro texto, evento ou figura histórica, que o leitor deve reconhecer para compreender completamente o significado. Por exemplo, a expressão “to be or not to be” remete imediatamente à obra de Shakespeare, mesmo fora do contexto da peça.

▪ **Paródia e pastiche:** quando um texto imita ou faz uma releitura de outro, seja para homenageá-lo, seja para criticar ou modificar seu sentido original.

▪ **Interdiscursividade:** quando um texto incorpora elementos de diferentes gêneros discursivos, como um artigo acadêmico que inclui trechos de entrevistas, notícias e gráficos.

A intertextualidade é uma estratégia poderosa para enriquecer o significado de um texto. Por exemplo, um anúncio publicitário pode usar uma referência bíblica ou literária para

criar um impacto emocional no público, enquanto um artigo de opinião pode citar estudos acadêmicos para reforçar sua argumentação.

Para identificar relações intertextuais em textos em inglês, o leitor precisa estar atento a pistas linguísticas, como aspas, expressões idiomáticas conhecidas, nomes próprios e eventos históricos mencionados. Além disso, o background knowledge (conhecimento prévio) é fundamental para fazer essas conexões de forma eficiente.

O reconhecimento da intertextualidade amplia a compreensão do texto, pois permite ao leitor perceber camadas de significado que vão além da superfície, enriquecendo a interpretação e promovendo uma leitura mais crítica e reflexiva.

A compreensão e interpretação de textos em inglês envolvem uma combinação de habilidades linguísticas e cognitivas. O domínio do vocabulário e da estrutura da língua fornece a base para decodificar o texto, enquanto a identificação das relações intratextuais e intertextuais permite uma compreensão mais profunda e crítica do conteúdo.

Desenvolver essas competências é essencial para leitores que desejam não apenas entender textos em inglês, mas também analisá-los de forma reflexiva, reconhecendo as conexões entre diferentes ideias, contextos e discursos. Esse processo contribui para o aprimoramento da proficiência linguística e para a formação de leitores mais autônomos e críticos em qualquer área do conhecimento.

CONHECIMENTOS DE GRAMÁTICA DE LÍNGUA INGLESA

Dentre os muitos tópicos gramaticais da língua inglesa, alguns se fazem primordiais para a compreensão textual e a contextualização da comunicação no idioma. Os tempos verbais são as principais gramáticas a serem estudadas para uma melhor compreensão do idioma por completo. Ao realizar a interpretação de um texto, deve-se levar o tempo verbal em consideração para que se possa contextualizar o momento ao qual a fala se refere. Confira a seguir.

► Simple present

O *simple present* ou o presente simples é marcado por dois verbos auxiliares específicos DO e DOES. A conjugação verbal no tempo presente da língua inglesa é simples e se divide entre grupos de sujeitos. No infinitivo, ou seja, quando terminados em “ar”, “er”, “ir” no português, o verbo leva “to” em inglês, veja a seguir.

- Comer – **to eat**
- Beber – **to drink**
- Andar – **to walk**

Todos os verbos no presente mantêm uma conjugação básica, muito mais simples que a do português para cada sujeito. Basta retirar o “to” do infinitivo para serem conjugados com os sujeitos *I, you, we, they* e *you* (plural). Veja:

- **I eat** – Eu como
- **You eat** – Você come/ Tu comes
- **We eat** – Nós comemos
- **They eat** – Eles comem
- **You eat** – Vocês comem/ Vós comeis

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, DIREÇÃO E CONTROLE; GESTÃO EM UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE UAN EM SERVIÇOS PÚBLICOS E HOSPITALARES

O planejamento e a organização de Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) em serviços públicos e hospitalares são etapas fundamentais para garantir a oferta de refeições seguras, nutricionalmente adequadas e que atendam às necessidades dos usuários, sejam eles pacientes, profissionais ou população em geral. Uma UAN bem estruturada não apenas contribui para a recuperação da saúde de pacientes hospitalizados, como também assegura o cumprimento de políticas públicas de alimentação em instituições governamentais.

► Planejamento estratégico e operacional da UAN

O planejamento estratégico de uma UAN envolve a definição de metas, objetivos e diretrizes gerais que nortearão suas ações a curto, médio e longo prazo. Ele deve considerar o perfil do público atendido, o volume de refeições, os recursos disponíveis e as exigências legais. A análise do ambiente interno e externo (SWOT – Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) permite identificar os principais desafios e oportunidades da unidade.

No plano operacional, o foco recai sobre as rotinas diárias e a implementação de processos padronizados. Isso inclui o desenvolvimento de cardápios, definição de fluxogramas de produção, cronogramas de trabalho, controle de estoque e distribuição de refeições. A interface entre o planejamento estratégico e o operacional garante que a missão institucional da UAN seja cumprida de maneira eficiente, adaptando-se constantemente às demandas da instituição.

► Organização estrutural e funcional: layout, fluxos, dimensionamento de pessoal e equipamentos

A estrutura física da UAN deve ser planejada com base em princípios de racionalidade, segurança sanitária e eficiência operacional. Um layout adequado permite o fluxo contínuo e sem cruzamentos entre as áreas suja e limpa, minimizando riscos de contaminação. As áreas básicas incluem recepção e armazenamento de alimentos, pré-preparo, preparo, distribuição, higienização de utensílios, refeitório e áreas administrativas.

O dimensionamento de pessoal segue critérios como número de refeições servidas, tipo de serviço (hospitalar, escolar, prisional, etc.), complexidade das preparações e horários de funcionamento. Equipes bem treinadas e com atribuições claramente definidas garantem maior produtividade e qualidade. Os equipamentos também devem ser dimensionados de acordo com a produção e atender às normas de segurança e ergonomia. A manutenção preventiva e o controle de funcionamento são essenciais para evitar falhas e interrupções no serviço.

► Logística de suprimentos: aquisição, armazenamento, distribuição

A gestão da cadeia de suprimentos é um dos pilares para o funcionamento eficiente de uma UAN. A etapa de aquisição deve considerar critérios técnicos e legais para a seleção de fornecedores, especificações dos produtos, prazos de entrega e controle de qualidade. É fundamental estabelecer contratos claros e realizar avaliações periódicas de desempenho dos fornecedores.

O armazenamento dos alimentos deve respeitar as condições ideais de temperatura, umidade e ventilação, com organização por tipo de produto e data de validade (sistema PVPS – primeiro que vence é o primeiro que sai). O controle de estoque deve ser rigoroso, com registros atualizados e inventários frequentes para evitar perdas e garantir a rastreabilidade.

Na distribuição das refeições, é essencial que os alimentos cheguem aos consumidores na temperatura adequada e dentro do tempo ideal, mantendo suas características sensoriais e valor nutricional. O uso de equipamentos de transporte térmico e a adoção de boas práticas de manipulação são determinantes para a segurança dos alimentos.

► Organograma, funções da equipe, terceirização e formas de gestão

O organograma da UAN deve refletir a hierarquia funcional, facilitando a comunicação e o fluxo de informações. Em geral, a equipe é composta por nutricionistas responsáveis técnicos, auxiliares e técnicos de nutrição, cozinheiros, auxiliares de cozinha, estoquistas, entre outros. Cada membro tem funções específicas e sua atuação deve estar alinhada às diretrizes da unidade.

A terceirização de serviços em UAN é uma prática comum, especialmente em hospitais e órgãos públicos. Essa modalidade pode incluir desde a produção das refeições até a gestão completa da unidade. Apesar de oferecer vantagens como redução de custos operacionais e maior flexibilidade, a terceirização exige rigoroso controle por parte da gestão contratante, para garantir o cumprimento das normas e a qualidade dos serviços prestados.

Por fim, a escolha do modelo de gestão – seja direta (própria da instituição), terceirizada ou mista – deve considerar a capacidade técnica da instituição, os recursos disponíveis, os objetivos estratégicos e os mecanismos de controle e avaliação implementados.

AVALIAÇÃO DA UAN: CONTROLE DE QUALIDADE E DESEMPENHO

Avaliar o desempenho e a qualidade de uma Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) é essencial para garantir que os objetivos nutricionais, sanitários e operacionais estejam sendo atingidos. Essa avaliação não apenas assegura a satisfação dos usuários e a eficiência dos processos, mas também permite o aprimoramento contínuo da gestão e da prestação de serviços.

A seguir, exploramos os principais instrumentos e critérios utilizados para mensurar e aprimorar o desempenho de uma UAN em serviços públicos e hospitalares.

► Indicadores de desempenho: produtividade, custo, desperdício, satisfação do usuário

Os indicadores de desempenho são ferramentas indispensáveis para medir a eficiência e a eficácia das atividades desenvolvidas pela UAN. Eles permitem acompanhar a evolução dos processos, identificar falhas e propor melhorias. Alguns dos indicadores mais utilizados são:

- **Produtividade:** mede a quantidade de refeições produzidas por trabalhador ou por turno. Serve para avaliar a eficiência da equipe e pode ser comparado com padrões estabelecidos ou metas internas.
- **Custo por refeição:** calcula o valor total gasto na produção de uma refeição (incluindo insumos, mão de obra, energia, entre outros). É útil para controle orçamentário e para justificar investimentos.
- **Índice de desperdício:** monitora as perdas de alimentos ao longo do processo produtivo e no consumo final. Reduzir o desperdício é essencial para sustentabilidade e eficiência.
- **Satisfação dos usuários:** pode ser avaliada por meio de pesquisas ou formulários aplicados periodicamente. Avalia a aceitação das preparações, qualidade do atendimento e percepção geral dos serviços.

Esses indicadores devem ser acompanhados regularmente e integrados aos processos decisórios da gestão da UAN.

► Avaliação higiênico-sanitária e segurança alimentar nas UAN (estrutura, processo, resultado)

A segurança alimentar é um dos pilares de qualquer UAN. A avaliação higiênico-sanitária busca verificar se as instalações, os procedimentos e os resultados estão de acordo com os requisitos legais e boas práticas de fabricação.

- **Estrutura:** refere-se às condições físicas da unidade, como limpeza, ventilação, iluminação, presença de pragas, manutenção de equipamentos e adequação dos espaços.
- **Processo:** avalia como as atividades são executadas, incluindo manipulação de alimentos, higiene pessoal dos funcionários, controle de temperatura, preparo e distribuição das refeições.

▪ **Resultado:** corresponde à qualidade final dos alimentos ofertados, à ocorrência (ou não) de surtos alimentares e ao cumprimento dos padrões nutricionais e sensoriais esperados.

A aplicação de checklists e auditorias internas são ferramentas práticas para esse tipo de avaliação, permitindo correções rápidas e educação continuada das equipes.

Ferramentas de avaliação e auditoria em UAN:

Diversas ferramentas estão disponíveis para avaliar a qualidade e o desempenho de uma UAN. Entre elas, destacam-se:

- **Checklists de Boas Práticas de Manipulação (BPM):** utilizados para verificar conformidade com normas da ANVISA e legislações locais.
- **Planilhas de controle de temperatura e armazenamento:** garantem que os alimentos sejam conservados e distribuídos dentro dos padrões de segurança.
- **Sistemas informatizados de gestão de produção:** permitem o registro e análise de dados operacionais em tempo real, melhorando a tomada de decisões.
- **Auditorias internas e externas:** ajudam a identificar não conformidades e orientar planos de ação corretivos.
- **Avaliações sensoriais:** envolvem a análise da aparência, sabor, odor e textura das preparações, podendo ser feitas por comissões internas ou pelos próprios usuários.

É importante que essas ferramentas façam parte de um sistema contínuo de gestão da qualidade, com metas claras e equipe capacitada para sua aplicação.

Melhoria contínua e implementação de correções:

A avaliação da UAN não deve ser um processo pontual, mas sim uma prática contínua de aperfeiçoamento. A filosofia da melhoria contínua, muitas vezes associada ao ciclo PDCA (Planejar, Executar, Verificar, Agir), pode ser aplicada com grande eficácia na gestão da unidade.

Sempre que uma não conformidade é detectada, é essencial que haja registro formal, análise da causa raiz, definição de ações corretivas e acompanhamento da eficácia dessas ações. O envolvimento da equipe em todas as etapas desse processo fortalece a cultura de qualidade e favorece o engajamento coletivo.

Além disso, a melhoria contínua não se limita à correção de falhas, mas também envolve a busca por inovações, atualização de procedimentos, capacitação dos profissionais e adoção de tecnologias que otimizem os processos e melhorem os resultados da UAN.

GESTÃO DA NUTRIÇÃO HOSPITALAR: PRESCRIÇÃO, DIMENSIONAMENTO E ROTULAGEM

A gestão da nutrição hospitalar é um componente fundamental para a recuperação clínica dos pacientes, a manutenção do estado nutricional e a prevenção de complicações. Envolve um conjunto articulado de ações que vão desde a prescrição dietoterápica individualizada até o planejamento e distribuição das dietas, com atenção especial à rotulagem e ao controle de qualidade.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!